

## DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 17/11/2005

Os servidores Técnicos Administrativos da UFG deflagraram o movimento de greve num momento que o País atravessava uma de suas maiores crises políticas. Bombardeado pelas forças depostas do poder político em 2002 e, também, por setores tidos de esquerda, ancorados por importantes meios de comunicação, o Governo Lula e o PT passam a viver sob forte e angustiante processo de denúncias e conseqüentemente todos os partidos da base de sustentação do governo e sua tendência organizadas no movimento sindical ligado a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

É sobre este quadro político que a FASUBRA desenvolvia o processo de negociação da pauta específica no MEC quando o Governo promove substituições em sua equipe, tanto para contemplar partidos da base aliada, com o objetivo de fortalecer a sua defesa, quanto para liberar quadros para assumir postos de controle na estrutura interna do PT, a fim de controlar a crise interna que se instalou a partir de denúncias do envolvimento de alguns de seus dirigentes em processos de corrupção. No geral, essas movimentações fortaleceram os setores de centro na composição do Governo e jogaram o PT e setores importantes da sociedade em um profundo defensismo político.

Foi neste momento que os novos interlocutores do MEC, após a substituição do Ministro Tarso Genro por Fernando Haddad, cometeram erros na condução do processo negocial em curso (fatídica reunião do dia 02/08/05) e possibilitou que, nacionalmente, o movimento dos TAE se unificassem para lançar a greve, por unanimidade, como alternativa de condução da categoria à conquista de suas reivindicações.

Deflagrada a greve, o primeiro encontro entre o Governo e o CNG só ocorre após muitos esforços que contou como o apoio da ANDIFES e Comissão Parlamentar, composta por deputados federais do PT e PCdoB, quando o MEC apresenta proposta concreta, sinalizando para a retomada do processo de negociação, em mesas específicas, com a possibilidade de avanços na pauta. (R\$ 320 milhões para a segunda etapa, R\$ 100 milhões para a não absorção do VBC e continuidade da mesa de negociação), condicionada ao retorno ao trabalho.

Motivado por diferentes perspectivas, a maioria do CNG não compreendeu a importância da proposta apresentada, induzindo a categoria a negá-la. Uma parte motivada pelo caráter político-partidário que foi dado ao movimento e outra pelo desconhecimento das reais possibilidades de se avançar na negociação estando em greve, prova disso foram as diversas justificativas alegadas para a continuidade da greve, algumas, inclusive, fora do eixo da nossa pauta.

Cabe ressaltar que o Governo pediu um crédito de até 30 de setembro para concretizar esta negociação internamente, mas, infelizmente a categoria por não entender o recuo tático do movimento naquele momento, não acatou a proposta de suspensão do movimento por 30 dias. Jamais saberemos se o governo estava blefando ou não.

A recusa da proposta, após o MEC afirmar ser uma proposta oficial, trouxe para o CNG a responsabilidade pela rejeição de recursos para a categoria, experiência que a FASUBRA não tinha em seu histórico, desobrigando, assim, o Governo da responsabilidade de viabilizar os recursos necessários para sua implementação.

Somente após uma reavaliação do CNG, onde esse faz uma meã-culpa, casada com diferentes ações junto aos aliados já constituídos, e novos que foram agregados, como o Presidente da Câmara, Dep. Aldo Rebelo, além das ações desenvolvidas nos estados, gerando repercussões políticas e sociais, é que o diálogo foi retomado.

Neste segundo momento o Governo recebe o CNG e apresenta uma nova proposta, R\$ 250 milhões para a segunda etapa da carreira e a constituição de grupos de trabalho para discutir os problemas do VBC e racionalização com um cronograma variando de 60 a 120 dias para conclusão dos trabalhos e novamente condiciona a abertura do processo de negociação, ao fim da greve.

Há consenso dentro do CNG que a proposta rebaixada apresentada pelo Governo é insuficiente e não atende à categoria. As divergências aparecem na maneira de se buscar ampliar tal proposta. Parte acredita ser possível ampliar a proposta em processo de negociação dentro da greve, parte acredita que somente com a suspensão da greve e a retomada da mesa de negociação é que será possível ampliá-la.